

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação: políticas públicas, ensino e formação 4

Diagramação: Camila Alves de Cremonesi
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: políticas públicas, ensino e formação 4 /
Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André
Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0284-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.848221907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo asseverados ataques nos últimos anos, principalmente no que tange ao estabelecer de políticas públicas e valorização de sua produção científica. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**Educação: Políticas públicas, ensino e formação**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: TESSITURAS SOBRE A MENSURAÇÃO DO APRENDIZADO E RENDIMENTO ESCOLAR	
Maria Leonilde da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219071	
CAPÍTULO 2	12
EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPAÇOS PARA APRENDER COM LIBERDADE: A REALIZAÇÃO DO SER MAIS	
Monica Abud Perez de Cerqueira Luz	
Flávia Abud Luz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219072	
CAPÍTULO 3	20
ENSINO-APRENDIZAGEM E POLÍTICAS PÚBLICAS:CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cristiane Aparecida Silva Nascimento	
Jair Lopes Junior	
Maria Beatriz Campos de Lara Barbosa Marins Peixoto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219073	
CAPÍTULO 4	27
DA MINHA JANELA EU VEJO O MUNDO INTEIRO!	
Marina Nogueira Gomes Neta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219074	
CAPÍTULO 5	30
FUNDAMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE ENSINO HISTÓRICO-CRÍTICA SOBRE ENERGIA NUCLEAR A PARTIR DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS (PROSUB)	
Israel Silva Figueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219075	
CAPÍTULO 6	43
FLIPGRID CONTANDO A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Ynnes Carolinne Rodrigues Chaves Campagnucci	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219076	
CAPÍTULO 7	47
CRIANÇAS DE QUATRO ANOS PENSAM SOBRE A ESCRITA! NÃO PENSAM?	
Carla Melissa Klock Scalzitti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219077	

CAPÍTULO 8	56
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (1968-1984): A EDUCAÇÃO FÍSICA “EM MARCHA” NO GOVERNO MILITAR	
Silvano Ferreira de Araújo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219078	
CAPÍTULO 9	67
A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM O USO DAS TERTÚLIAS DIALÓGICAS EM CONTEXTO DE PANDEMIA	
Deusilene da Silva Nascimento Marques	
Dilsilene Maria Ayres de Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219079	
CAPÍTULO 10	76
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NAS LICENCIATURAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO PARÁ: DESRESPEITO ÀS ESPECIFICIDADES DA DOCÊNCIA	
Lucineide Soares do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190710	
CAPÍTULO 11	88
MOBILIZAÇÃO DE SABERES NO PIBID: REFLEXÕES SOBRE A RESSIGNIFICAÇÃO DA TEORIA NA PRÁTICA DOCENTE	
Chrisley Bruno Ribeiro Camargos	
Mônica Lana da Paz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190711	
CAPÍTULO 12	107
ANÁLISE DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NA UFPI À LUZ DO ENADE	
Marcus Vinícius de Sousa Lopes	
Jairo de Carvalho Guimarães	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190712	
CAPÍTULO 13	121
DO REAL AO IMAGINÁRIO: A MEDIAÇÃO E AS EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA	
Cristiane Schmitt	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190713	
CAPÍTULO 14	128
O RESPEITO E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL: A LITERATURA INDÍGENA NA SALA DE AULA	
Geovana Laura da Silva Souza	
Banjaqui Nhaga	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190714	

CAPÍTULO 15..... 139

UMA POSSÍVEL ANCESTRALIDADE DO OFÍCIO DE MESTRE-ESCOLA

Maria Alveni Barros Vieira

Ymélia de Lima Verçosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190715>

CAPÍTULO 16..... 151

DESAFIOS DO ENSINO REMOTO NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SUBPROJETO INTERDISCIPLINAR DE LÍNGUA
PORTUGUESA

Elenita Chuproski

Giane Regina Ivancheski

Letícia Michalowski

Luciano Golub Wesselovicz

Paula Elisiane Ribeiro

Rodrigo Augusto Kovalski

Sérgio de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190716>

CAPÍTULO 17..... 159

PROGRAMA PNAIC NO AMAZONAS: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO EM AMBIENTE VIRTUAL

Maria Ione Feitosa Dolzane

Zeina Rebouças C. Thomé

Jéssica Amaral Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190717>

CAPÍTULO 18..... 170

A UTILIZAÇÃO DOS JOGOS COOPERATIVOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Bruna Meneguelli da Hora Ferreira

Marcus Antônio da Costa Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190718>

CAPÍTULO 19..... 182

A PANDEMIA E A CONJUNTURA DE CRISE NO FUNCIONAMENTO DO ENSINO
SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DO ENSINO COM
RECURSO AOS MEIOS DIGITAIS

Albino Alves Simione

Pedro José Zualo

Benedito Jaime Monjane

Domício Moisés Guambe

António Francisco Sefane

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190719>

CAPÍTULO 20	204
DISLEXIA NO AMBIENTE ESCOLAR: SINAIS DE TRANSTORNO DISLÉXICO EM CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Tatinês de Melo Araújo	
Corina Fátima Costa Vasconcelos	
Jadson Justi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190720	
CAPÍTULO 21	218
POR ENTRE CURRÍCULOS, FORMAÇÕES E CINEMA: “ARTES DE FAZER” DE PROFESSORES NA INVENÇÃO DOS COTIDIANOS DE ESCOLAS	
Danielle Piontkovsky	
Maria Regina Lopes Gomes	
Letícia Regina Silva Souza	
Tamili Mardegan da Silva	
Maria Riziane Costa Prates	
Marcela Fraga Gonçalves Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190721	
CAPÍTULO 22	219
<i>INVENCIONICES</i> CURRICULARES, FORMATIVAS E DIDÁTICAS: PRÁTICAS DOCENTES COMO ARTES DE FAZER COTIDIANAS	
Danielle Piontkovsky	
Maria Regina Lopes Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190722	
CAPÍTULO 23	230
<i>PRATICAS POLÍTICAS</i> DOCENTES QUE ATRAVESSAM OS PROCESSOS FORMATIVOS	
Letícia Reginna Silva Souza	
Tamili Mardegan da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190723	
CAPÍTULO 24	241
CINEMA E EDUCAÇÃO: <i>ESPAÇOSTEMPOS</i> ÉTICO-ESTÉTICOS DE APRENDIZAGEM E PROBLEMATIZAÇÃO DA AMIZADE E DA ALEGRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Maria Riziane Costa Prates	
Marcela Fraga Gonçalves Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190724	
SOBRE OS ORGANIZADORES	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NAS LICENCIATURAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO PARÁ: DESRESPEITO ÀS ESPECIFICIDADES DA DOCÊNCIA

Data de aceite: 04/07/2022

Lucineide Soares do Nascimento

Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade na Amazônia (GEDAM/UFRA) e do Grupo de Pesquisa “Filosofia, Ética e Educação” da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica – PRP/CAPES/UFRA

RESUMO: Este trabalho de pesquisa documental e bibliográfico problematiza o desenho curricular do Estágio Supervisionado Obrigatório – ESO nos cursos de licenciatura de uma Instituição de Ensino Superior – IES pública do estado do Pará a fim de analisar as suas possíveis contribuições para a formação e valorização dos docentes. Com base em uma perspectiva crítica de pesquisa e educação delineamos os seguintes objetivos: a) contextualizar a formação e a valorização dos profissionais da educação a partir da legislação vigente; b) apresentar/discutir o desenho curricular do ESO de uma IES pública do estado do Pará com base em documentos oficiais; e, c) apontar, com base na literatura atual, as possibilidades de um desenho curricular de ESO que contribua para a formação dos futuros profissionais da educação e para a valorização da docência. Constatamos que o desenho curricular da IES não leva em consideração as especificidades da formação dos professores, a valorização da docência e formulamos um formato de ESO com três reivindicações/metás:

- 1) criação de mecanismos que aproximem os professores das áreas específicas de conhecimento de cada licenciatura e os da área da educação e/ou de prática pedagógica;
- 2) criação de espaços/tempos nos horários semanais para que uma parte dos ESOs seja ofertada com encontros entre a turma (ou grupos de alunos) e os professores; e,
- 3) investimento da IES em eventos e publicações para socializar saberes e práticas entre os professores, alunos, comunidade e instituições nas quais os alunos realizam os ESOs, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores; Estágio Supervisionado Obrigatório; Valorização da Docência.

THE MANDATORY SUPERVISED INTERNSHIP IN UNDERGRADUATE DEGREES AT A PUBLIC UNIVERSITY OF PARÁ: DISRESPECT TO TEACHING SPECIFICITIES

ABSTRACT: This documental and bibliographic research work problematizes the curricular design of the Mandatory Supervised Internship - ESO in the degree courses of a public Higher Education Institution - IES in the state of Pará in order to analyze its possible contributions to the training and appreciation of teachers. Based on a critical perspective of research and education, we outline the following objectives: a) contextualize the formation and valorization of education professionals from the current legislation; b) present/discuss the ESO curriculum design of a public HEI in the state of Pará based on official

documents; and, c) to point out, based on the current literature, the possibilities of an ESO curriculum design that contributes to the training of future education professionals and to the valorization of teaching. We found that the IES curriculum design does not take into account the specificities of teacher training, the valuation of teaching and we formulated an ESO format with three claims/goals: 1) creation of mechanisms that bring teachers closer to the specific areas of knowledge of each degree and those in the area of education and/or pedagogical practice; 2) creation of spaces/times in the weekly schedules so that a part of the ESOs is offered with meetings between the class (or groups of students) and the teachers; and, 3) HEI's investment in events and publications to share knowledge and practices among professors, students, the community and institutions where students carry out ESOs, promoting teaching, research and extension.

KEYWORDS: Teacher training; Mandatory Supervised Internship; Valuing Teaching.

ALGUMAS NOTAS METODOLÓGICAS INICIAIS

Este trabalho trata da análise e discussão acerca dos Estágios Supervisionados Obrigatórios - ESOs das licenciaturas de uma universidade pública do estado do Pará. A pesquisa de cunho documental e bibliográfico é baseada na análise da legislação vigente, nos documentos oficiais da instituição e nos estudos de artigos dos autores contemporâneos que publicam sobre prática pedagógica e ESOs nas licenciaturas.

A pesquisa faz parte das inquietações desta professora formadora de professores que trabalha em uma instituição pública que não faz muitas distinções entre os cursos de bacharelado e de licenciatura. Não estou sozinha nas discussões e lutas pelo respeito às especificidades e necessidades dos ESOs para a contribuir com uma formação de qualidade para os futuros docentes¹. Faço parte de um Grupo de Pesquisa² que dialoga com a maioria dos docentes que atua nas licenciaturas de nossa instituição. Juntos, usamos todo o nosso arsenal discursivo para movimentar as mudanças e as práticas que contemplem os critérios específicos e necessidades para a formação dos futuros profissionais da educação do nosso Estado.

A partir de uma perspectiva crítica de pesquisa³ e de educação nos propomos a problematizar o formato do ESO de nossa instituição a partir do seguinte problema de pesquisa: O formato curricular do Estágio Supervisionado Obrigatório-ESO nos cursos de licenciatura de uma Instituição de Ensino Superior – IES do Pará contribui para a

1 É por isso que, sem negar minhas obrigações e sem abrir mão de minha subjetividade, usarei a primeira pessoa do plural na estrutura textual.

2 Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade na Amazônia – GEDAM.

3 A teoria crítica em educação recebe sua maior contribuição com a “Escola de Frankfurt” de inspiração marxista, paradoxalmente, somente quando os pensadores dessa escola se afastam é que suas contribuições se tornam mais conhecidas entre 1930-40. Nossa incursão teórico-metodológica crítica se dá pela consciência de que a ciência pode ser um instrumento político para suscitar a problematização das relações desiguais de poder nas instituições e, também, porque parte do rigor da análise interna dos conceitos e categorias com os quais tecemos nossa pesquisa. Nos dois sentidos da palavra “crítica” atribuídos por... “o primeiro se refere à crítica interna, isto é, à análise rigorosa da argumentação e do método [...] O segundo e mais importante sentido da palavra crítica diz respeito à ênfase na análise das condições de regulação social, desigualdade e poder. Assim, os teóricos-críticos enfatizam o papel da ciência na transformação da sociedade” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, s/d., p. 139).

formação e valorização dos futuros profissionais da educação? Para esse empreendimento estabelecemos três objetivos: a) contextualizar a formação e a valorização dos profissionais da educação a partir da legislação vigente; b) apresentar/discutir o desenho curricular do ESO de uma IES pública do estado do Pará a partir de documentos oficiais; e, c) apontar, com base na literatura atual, as possibilidades de um desenho curricular de ESO que contribua para a formação dos futuros profissionais da educação e para a valorização da docência.

Dentre nossos resultados chegamos a proposição de três *reivindicações/met*as para que o ESO contribua de forma significativa tanto para a formação quanto para a valorização dos futuros profissionais da educação: 1) criação de algum mecanismo que possibilite a íntima relação entre os professores das áreas de conhecimento específicas do curso e da área da educação e/ou prática pedagógica, uma vez que qualquer professor pode trabalhar com os ESOs nessa IES; 2) o reconhecimento da necessidade de criação de espaços e tempos nos horários semanais dos cursos, de modo que uma parte da carga-horária dos ESOs seja realizada a partir de encontros com os orientandos para orientação de todo o processo nas escolas e socialização das dúvidas, leituras e práticas; e, 3) a conquista do apoio e do investimento da IES em eventos e publicações visando a divulgação das produções dos orientandos e orientadores.

Propomos um formato de ESO que valorize as especificidades da docência e que efetive uma formação baseada no ensino, na pesquisa e na extensão.

DAS LUTAS E CONQUISTAS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Os profissionais da educação, a partir de suas incansáveis lutas, vêm angariando muitas conquistas ao longo da história brasileira. Nesse sentido, temos alguns exemplos como a Carta Magna de 1988 que, no Artigo 206, Incisos V e VIII garantem, respectivamente:

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, Lei 9.394/96 em acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reafirma a importância e valorização dos professores no Art. 67 com a seguinte redação: “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público”.

Temos um Plano Nacional de Educação-PNE – 2014 a 2024 (Lei N. 13.005/2014)

que, embora seja ignorado por alguns governos, ainda é um instrumento legal que deve ser considerado nas políticas dos governos estaduais, municipais e federal. O PNE possui 10 diretrizes para guiar a educação nacional e 20 metas que devem (ou deveriam) ser cumpridas ao longo de sua vigência. Destacamos as metas 15, 17 e 18 que tratam especificamente dos profissionais da educação:

META 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

META 17 - Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

META 18 - Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (BRASIL, PNE, 2017).

Todas essas metas tratam especificamente da valorização e da formação dos profissionais da educação porque todas as demais metas de ampliação dos anos de escolaridade da população brasileira em todos os níveis e modalidades de ensino, assim como a melhoria da qualidade do ensino na rede pública dependem fundamentalmente das metas citadas anteriormente. Em outras palavras, não existem aumentos de oferta de vagas e de qualidade na educação de um país sem investimentos na formação dos professores e na valorização dessa profissão que, ao longo da história, mesmo com todo o avanço tecnológico e/ou por isso mesmo, tem-se mostrado insubstituível.

Apesar dessas e de outras conquistas no âmbito legal tivemos, também, muitos retrocessos ao longo da história e todos eles como resultado das relações desiguais de poder na política e da tradicional ausência de continuidade nos programas e políticas educacionais, ou seja, quando mudam os governos as políticas e programas são interrompidos e/ou reformulados. Nos últimos anos, há um aumento da preocupação com a formação e a valorização docente, pois, tudo o que conquistamos pode sofrer retrocessos justamente pela aprovação de leis que ferem o que os próprios professores definiram como formação. Cruz et. al. (2020) sintetizam muito bem alguns dos avanços e recuos na formação dos professores:

Vimos, no campo das políticas ligadas à formação docente que, os últimos 40 anos foram cenário de muitas lutas que resultaram em uma crescente preocupação em consolidar a formação e valorizar o magistério. Constata-

se, contudo, que, desde 2018, uma onda conservadora que se aliou ao ultraliberalismo, não apenas no contexto nacional, intensificou a proliferação de discursos demeritórios sobre a docência e sobre a escola, sobretudo quando dirigidos à Educação Pública. Esse contexto vem trazendo graves implicações que atingem desde a revogação das diretrizes para a formação de professores (RESOLUÇÃO CNE/CP N° 02 DE 2015) até a instituição de novas diretrizes que expressam a adesão à políticas de precarização da formação, controle sobre a docência e centralização curricular. Entre outros aspectos, esses processos vulnerabilizam a docência e a formação, na contramão de investimentos históricos do campo. (CRUZ Et. al, 2020, p. 43).

Essas palavras tão coerentes nos fazem continuar a luta por uma formação que realmente leve em consideração as especificidades da docência e o reconhecimento de todo o labor dos profissionais da educação que formam outros professores. Na Instituição de Ensino Superior – IES em questão, quase todos os profissionais da educação que atuam nas licenciaturas estão engajados em torno da construção de uma “nova” forma de processar os Estágios Supervisionados Obrigatórios – ESOs no âmbito desses cursos.

Colocamos “nova” entre aspas porque o que reivindicamos é uma formação dos futuros profissionais da educação que tenha, dentre outras especificidades, um formato de Estágio Supervisionado Obrigatório com tempos e espaços previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura – PPCs e nos horários semanais de aulas, em forma de disciplina, para que possamos encontrar os alunos em grupos e não individualmente. Dessa forma, poderíamos orientar, planejar, discutir e produzir pesquisas a partir dos aportes teórico-metodológicos e práticos das disciplinas da academia e das experiências nas escolas e demais instituições nas quais ocorrem os ESOs. Podemos ver, então, que não se trata de algo tão novo nas teorias e discussões sobre formação docente, mas é algo que não existe em nossa universidade como veremos no próximo tópico deste trabalho.

DAS (NÃO)ESPECIFICIDADES DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS OBRIGATORIOS NAS LICENCIATURAS

Para que o leitor(a) tenha uma ideia de como funciona a nossa IES trataremos de alguns aspectos relacionados aos cursos de licenciatura. Nossa universidade surgiu de uma faculdade da área das ciências agrárias e tem uma tendência a dar prioridade a essa área. Atualmente oferta os seguintes cursos de licenciaturas distribuídos em quatro Campi segundo o quadro abaixo:

CURSOS DE LICENCIATURA OFERTADOS				
Campus A	Lic. em Computação (2009)	Letras LIBRAS (2016)	Letras Língua Portuguesa (2018)	Lic. em Pedagogia (2020)
Campus B	Lic. em Biologia (2015)			
Campus C	Lic. em Computação (2015)			
Campus D	Letras Língua Portuguesa (2015)	Lic. em Biologia(2015)		
Campus E	-	-	-	-
Campus F	-	-	-	-

QUADRO I - DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO PARÁ COM ANO DE INÍCIO

O Planejamento Estratégico Institucional de 2014 a 2024 – PLAIN (2015) da IES em questão previa a criação de vários cursos de licenciatura em todos os seus Campi e não apenas nos quatro onde já existem esses cursos, todavia, isso não se realizou até o momento. Percebemos pelo Quadro I que 99% dos cursos foram criados a partir desse PLAIN (2014-2024). Outra informação importante é que todos os cursos são criados por iniciativa de professores que se comprometem a criar os PPCs e ministrar aulas no primeiro ano, nesses cursos novos, até que se consigam as vagas para novos concursos. Caso os professores não consigam a adesão de outros docentes para ministrarem as disciplinas nesse primeiro ano, o curso não é aprovado.

A maior parte dos coordenadores desses cursos também não recebe nenhuma gratificação, esses professores fazem todo o trabalho por compromisso com os alunos e com a instituição. Esses coordenadores representam minoria em todos os colegiados, fóruns e conselhos, por isso, são votos vencidos em quaisquer discussões relacionadas às especificidades e necessidades dos cursos de licenciatura.

Os professores que lutamos e sonhamos pelo curso de Licenciatura em Pedagogia, por exemplo, levamos 10 (dez) anos para aprova-lo e conseguimos ter nossa primeira turma com início no ano de 2020. Apesar dessa resistência, nossa IESs já conquistou experiência na formação de professores através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR com vários cursos e turmas ofertadas em muitos municípios do Pará. Especificamente em relação ao curso de Licenciatura em Pedagogia é importante informar que criamos um curso especialmente para esse Plano em 2011 para atender a grande demanda das prefeituras de muitos municípios que ainda possuíam/possuem professores apenas com a formação em nível médio. Em 2011 e 2012 foram abertas 24 turmas e, em 2017, o curso foi finalizado, formando 734 (setecentos e

trinta e quatro) pedagogos.

Vamos adentrar ao objetivo central de nosso trabalho que é a discussão e a luta pela institucionalização/reconhecimento das especificidades dos Estágios Supervisionados Obrigatórios nos cursos de licenciatura em nossa IES. Para compreendermos as discrepâncias entre os documentos institucionais e entre esses e a vivência no magistério vamos iniciar com o mais novo Regulamento de Ensino dos Cursos de Graduação, doravante identificado pela sigla RECG (2020).

O Artigo 173 do RECG (2020) descreve as atribuições do orientador do ESO e, em seu Parágrafo Único afirma que “O número máximo de discentes por orientador **será definido no projeto pedagógico de cada curso**” (Grifos nossos).

Até o momento essa prescrição ainda não se apresenta na prática, haja vista que todos os cursos ainda não se adequaram às “novas” diretrizes curriculares de acordo com a Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019 que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)”. Em outras palavras, nem todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs, especialmente os dos cursos de licenciatura passaram por uma readaptação à nova legislação e, portanto, não dizem a quantidade de alunos que cada professor pode orientar.

Mas, essa não é a questão, haja vista que tal Resolução não trata especificamente do modo que a IES deve dividir a carga-horária do estágio entre a universidade e a instituição na qual o aluno realiza o estágio. O que ela prevê no Grupo III das 800 (oitocentas) horas para as práticas pedagógicas, incluindo as 400 (quatrocentas) horas para o Estágio Supervisionado, de acordo com o parágrafo 3° do Artigo 15 é:

A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, **com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado**, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa. (RESOLUÇÃO CNE/CP N° 2, DE 20/12/2019. Grifos nossos).

Não entraremos no mérito (ou melhor, demérito) dessa “nova” lei sobre a formação dos professores. O que ocorre de fato em nossa instituição é que os ESOs não são tomados como disciplinas, mas como atividades curriculares individuais. Desta feita, o aluno procura o professor com quem deseja realizar o estágio; o professor assina uma declaração se dispondo a orientá-lo e o aluno envia à Coordenação do Curso. Em seguida, o aluno escreve um breve “Plano de Estágio” e o envia ao professor que, por sua vez, deveria enviar à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado – CTES para a aprovação.

O Art. 155 do RECG (2020) afirma que “o planejamento das atividades de ESO será efetuado em conjunto pelo discente e seu orientador e submetido à CTES para avaliação, parecer e providências quanto a matrícula”, todavia, o aluno é matriculado pela coordenação do curso, tão logo envie a declaração assinada pelo professor confirmando que aceita ser o orientador do aluno no ESO.

Como não temos tempo nos horários semanais de aula, pois os horários são todos preenchidos pelas disciplinas, geralmente os alunos “somem” ou alegam não terem tempo para nos encontrar regularmente. Quando há os encontros, estes são feitos de forma individual de acordo com a compatibilidade entre as agendas dos professores e dos alunos. Geralmente os alunos protelam muito para enviar a primeira versão do relatório e, próximo ao final do semestre, entregam relatórios que, geralmente nem dá tempo de construir a segunda versão do documento. O ESO acaba, não há discussões entre os demais alunos e professores, tão pouco entre as pessoas da universidade e os sujeitos das escolas e demais instituições nas quais ocorrem os estágios.

O que deveria ser uma oportunidade magnífica para a efetivação do ensino, pesquisa e extensão – incluindo publicação de trabalhos – acaba virando apenas uma etapa a ser cumprida para o recebimento do diploma.

De acordo com o Procedimento Operacional Padrão-POP que orienta a elaboração do Relatório Anual Docente – RADO no ponto “1.3 Atividades De Orientação/Supervisão, Preceptoria e/ou Tutoria; Para as atividades de orientação, coorientação, supervisão, preceptoria e/ou tutoria, o docente não poderá exceder 12 horas semanais, independente, do número de orientados”. Nesse quesito estão incluídas as orientações para todos os alunos que “cursam” o Estágio Supervisionado Obrigatório tanto em um curso de licenciatura quanto em um de bacharelado.

Já que todos os professores das licenciaturas de nossa IES podem ministrar o Estágio Supervisionado Obrigatório, bastando para isso, ser “escolhido” pelos alunos, então, propomos que haja uma integração entre todos os professores dos cursos para que os trabalhos e orientações realmente promovam a interligação teórico-prática e contribuam efetivamente para os futuros professores. Compactuamos com Araújo e oliveira (2021) quando dizem:

É nessas inter-relações didático-pedagógicas das diversas disciplinas que reside, em parte, o segredo da profissionalização docente e, por isso, da construção de processos que alicerçam a permanência e o êxito dos estudantes nos cursos de licenciatura. Enquanto a profissionalização docente, o ensinar a ensinar nos cursos de licenciatura, não se constitui objeto em todas as disciplinas, a permanência e o êxito dos estudantes nos cursos de licenciatura serão apenas um ideal e, portanto, o contributo para a melhoria da formação docente não ficará evidente nem ao nível individual ou local. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2021, p. 380).

Nossos estudos e discussões nos levam a propor e lutar por pelo menos três

reivindicações/metos. E essa é a primeira, ou seja, que haja uma íntima relação entre as diferentes disciplinas de modo a suprir as necessidades específicas dos ESOs e dos alunos que se tornarão professores. Em outras palavras, que um professor que ministra disciplinas da área da computação, por exemplo, discuta com os professores da área da educação e/ou da prática pedagógica sobre tais necessidades e especificidades dos ESOs na formação dos futuros professores. É preciso criar ou prever momentos/mecanismos para que essa relação seja estabelecida.

Nossa segunda reivindicação/meta consiste no reconhecimento da necessidade de dedicarmos um tempo e um formato de disciplina nos horários regulares de aula com uma parte da carga-horária dos ESOs para que os professores possam se reunir com as turmas; orientar o planejamento das atividades; discutir sobre as narrativas que os alunos fazem com relação e a partir de suas vivências na escola e em outras instituições; orientar os relatórios (parciais e final); realizar discussões sobre teorias que embasam a escrita e a prática dos discentes; orientar a produção de artigos visando publicação a partir da pesquisa e da escuta aos sujeitos do campo; encaminhar tais escritas e esboços de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, já que a maioria dos alunos chega ao último ano de curso sem ter nem noção do tema que abordará nesse trabalho final, dentre outras atividades. Esse formato permite a formação de professores que compreendem que é impossível existir um ensino de qualidade sem a pesquisa. Almeida (2020) relata sua experiência ao trabalhar o Estágio Supervisionado com alunos dos cursos de Licenciatura em Geografia e Pedagogia da UERJ:

A experiência da pesquisa fez a diferença na vida dos licenciandos, de forma que muitos descreveram como uma experiência única. Pelos relatos e observação pudemos perceber que esse tipo de contato vívido com a escola, traz mais confiança e preparo. Entendemos que a prática é um exercício pedagógico e só se concretiza com a experiência em sala, mas asseveramos que atividades pedagógicas em que se envolve a pesquisa, são mais válidas e ressignificantes, ao passo que sejam mais planejadas e executadas nos cursos de licenciaturas. A disciplina de Estágio supervisionado é o caminho mais próximo para que seja implantado. (ALMEIDA, 2020, p. 224-225).

Acreditamos que os alunos poderão se beneficiar desse formato de ESO porque, coletivamente, poderão apresentar suas dúvidas, fragilidades, insights, estudos e superação de suas dificuldades. Conforme Almeida (2020) supracitada precisamos lidar com as expectativas dos alunos, com a necessidade de planejamento das atividades que os alunos desenvolverão em sala de aula, mas não podemos prescindir da pesquisa. Pelo contrário, a pesquisa precisa ser incorporada, desde a formação inicial, à prática docente.

Nossa terceira reivindicação/meta é que a universidade possa investir e apoiar eventos e publicações dos trabalhos produzidos por alunos e professores durante os ESOs. Essas seriam oportunidades magníficas para divulgar os trabalhos produzidos a partir das práticas discentes com os fundamentos angariados nas demais disciplinas dos

cursos. Também seria uma ótima oportunidade para o diálogo entre os próprios professores dos vários cursos de licenciatura, de modo a compartilhar saberes e práticas pedagógicas exitosas durante os ESOs. Como bem nos afirma Blaszkó (2020) a partir de sua experiência, é:

Importante que as experiências vivenciadas pelos acadêmicos nos campos de estágio sejam disseminadas e socializadas em eventos, mostras de estágio e círculos de debates promovidos pelas próprias instituições, sendo oportunizados momentos para que os alunos possam apresentar os materiais pedagógicos utilizados no decorrer da realização dos estágios, bem como refletir e discutir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nos diversos níveis de ensino. (BLASZKO, 2020, p. 545).

Buscando a co-relação com a comunidade e a Educação Básica, esse formato também aproximaria a universidade aos sujeitos que atuam nas instituições nas quais os alunos executam os ESOs. Desta feita, os Estágios Supervisionados Obrigatórios podem ser uma excelente estratégia para promover a formação baseada no tripé da universidade que são a pesquisa, o ensino e a extensão.

ALGUMAS NOTAS FINAIS

Este trabalho surgiu das inquietações e discussões sobre o Estágio Supervisionado Obrigatório – ESO de um grupo de professores que trabalha em cursos de licenciatura em uma universidade pública do estado do Pará. A partir da pesquisa documental e bibliográfica fizemos, num primeiro momento, uma breve análise acerca das conquistas e retrocessos em relação à formação e valorização dos profissionais da educação a partir de documentos legais como a Carta Magna de 1988, a LDB Lei 9.394/96 e a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, que é considerada um mecanismo de desmonte da autonomia e da qualidade da formação dos professores.

No segundo momento procuramos mostrar – a partir da análise dos documentos institucionais – como o ESO ocorre em nossa instituição sem levar em consideração as especificidades das licenciaturas e da formação do profissional da educação. Esse desenho curricular pouco tem a contribuir com uma formação de qualidade para os futuros profissionais da educação e também não valoriza a docência.

Problematizamos o formato atual dos ESOs em nossa universidade com base em autores contemporâneos que produzem trabalhos sobre a prática pedagógica e os ESOs em suas respectivas IES. Nossas discussões/resultados nos levaram a elaboração de três reivindicações/metasp para os ESOs nas licenciaturas: primeiro que as disciplinas relativas às áreas de conhecimento de cada licenciatura e as disciplinas ligadas à educação e/ou à prática pedagógica tenham uma íntima relação de modo a suprir as exigências e necessidades específicas dos ESOs e dos alunos que se tornarão professores. Essa primeira reivindicação/meta se dá em decorrência de que todos os professores que atuam

nos cursos podem ser orientadores dos alunos nos ESOs.

A segunda reivindicação/meta consiste na criação de espaços e tempos nos horários semanais dos cursos, para que uma parte da carga-horária dos ESOs seja realizada a partir de encontros com os orientandos de modo a orientar todo o processo que será vivenciado nas escolas e socializar as dúvidas, leituras e práticas. A terceira reivindicação/meta é a conquista de apoio e investimento da universidade a eventos e publicações no sentido de divulgar as produções dos orientandos e orientadores. Isso serviria também como forma de aproximação entre os sujeitos da comunidade, das instituições que recebem os nossos alunos para a execução dos ESOs e a universidade.

O formato de ESO que propomos aqui – que nem pode ser considerado uma novidade – pode ser uma excelente oportunidade para promover o diálogo entre os professores sobre os seus avanços em suas práticas ao trabalhar com os ESOs, aproximar a universidade da Educação Básica e promover uma formação docente de maior qualidade assentada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. R. das F. de. Atividades Extensionistas de Graduandos de Licenciaturas e sua Contribuição na Formação Docente: Construindo Saberes Durante a Semana Pedagógica em uma Escola de Formação de Professores em Nível Médio. In: CRUZ, G. B. da. (et. al). Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas: tensões e perspectivas na relação com a formação docente. Apresentação. - 1. ed. Livro 1, Volume 1 - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020. [Recurso eletrônico]. (p. 217-225).

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. Editora Thompson. s/d. [Recurso eletrônico].

ARAÚJO, O. H. A.; OLIVEIRA, D. S. de. O Protagonismo Estudantil na Profissionalização Docente. In: Revista Teias, ProPEd/UERJ. V. 22. N. 66, jul./set. 2021. (p. 370-383). Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/51971/38773>>. Acesso: 07 de ago. 2021.

BLASZKO, C. E. Formação Inicial de Professores do Curso De Pedagogia: Reflexões e Base Estruturante da Formação Teórico-Prática. In: CRUZ, G. B. da. (et. al). Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas: tensões e perspectivas na relação com a formação docente. Apresentação. - 1. ed. Livro 1, Volume 1 - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020. [Recurso eletrônico]. (p. 540-547).

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Presidência da República, Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso. 07 de ago. 2021.

BRASIL, Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. -2ed., reimpr. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

BRASIL, LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. -14ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

BRASI, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). MEC – Brasília. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781%E2%80%9D>>. Acesso: 07 ago. 2021.

CRUZ, G. B. da. (et. al). Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas: tensões e perspectivas na relação com a formação docente. Apresentação. - 1. ed. Livro 1, Volume 1 - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020. [Recurso eletrônico]. (p. 42-46).

UFRA, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, Planejamento Estratégico Institucional da UFRA: 2014-2024. Belém: UFRA, 2015. Disponível em: < https://propladi.ufra.edu.br/images/conteudo/PLAIN/PLAIN-PDI/PDI/atualizacao_pdi_ufra-2014_2024.pdf>. Acesso: 07 ago. 2021.

UFRA, Regulamento de Ensino dos Cursos de Graduação - RECG. Belém-PA, 2020. Disponível em: < https://novo.ufra.edu.br/images/REGULAMENTO_DE_ENSINO_UFRA_-_2020.pdf>. Acesso: 07 ago. 2021.

UFRA, PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO-POP – PROCESSO DE RADOÇ, 2020. Disponível em: < https://cppd.ufra.edu.br/images/Documentos/doc2020/POP_e_tutorial_RADOÇ_1.1.pdf >. Acesso: 07 set. 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente virtual 116, 159, 162, 166, 167, 168

Análise do comportamento 20, 21, 22, 23, 25, 26

Anos iniciais do ensino fundamental 26, 204, 205, 206

Antiguidade 139, 141, 142, 148, 149

Aprendizagem 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 14, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 40, 47, 49, 52, 64, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 91, 92, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 111, 116, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 144, 151, 152, 153, 159, 160, 161, 162, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 227, 234, 235, 241, 242, 243, 245, 246, 249, 251, 252

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 68, 83, 90, 95, 102, 108, 109, 111, 112, 115, 118, 119, 120, 175, 189, 200, 210, 211, 214, 215, 216, 234, 235

C

Ciências 12, 20, 26, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 80, 86, 93, 94, 128, 149, 182, 202, 203, 221, 253

Contexto remoto 151, 156

Cotidianos 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240

Crise sanitária 182, 183, 189, 195, 200, 201

Currículos 4, 7, 14, 22, 91, 99, 104, 157, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 228, 230, 232, 239, 240, 252

D

Dislexia 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Diversidade 18, 76, 77, 117, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 168, 172, 177, 203, 224, 246

Docente 1, 2, 4, 5, 6, 7, 24, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 59, 67, 70, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 140, 150, 152, 153, 157, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 200, 201, 202, 220, 223, 227, 228, 230, 233, 234, 238, 239, 240, 248, 253

E

Educação bancária 12, 13, 14

Educação física 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 226

Educação infantil 10, 12, 45, 47, 48, 49, 54, 121, 122, 126, 127, 181, 215, 241, 246, 250, 252

Educação superior a distância 107, 109, 119

ENADE 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120

Energia nuclear 30, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42

Ensino 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 44, 45, 51, 56, 59, 63, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 97, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 128, 135, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 212, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 227, 230, 231, 232, 239, 241, 253

Ensino fundamental 4, 5, 26, 27, 29, 44, 128, 142, 151, 152, 153, 157, 158, 170, 171, 172, 173, 174, 180, 181, 204, 205, 206, 211, 216, 218, 219, 220, 241

Ensino superior 76, 77, 80, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 118, 119, 120, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 253

Ensino-aprendizagem 20, 21, 22, 23, 25, 26, 92, 111, 116, 171, 175, 182, 185, 186, 187, 193, 195, 200, 201, 205, 212, 214, 227

Escola 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 24, 26, 27, 28, 29, 37, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 51, 52, 63, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 77, 80, 84, 86, 93, 94, 97, 121, 122, 123, 126, 128, 130, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 157, 158, 168, 171, 172, 174, 176, 177, 180, 181, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 223, 224, 225, 226, 228, 232, 234, 236, 237, 239, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 250, 251

Estágio supervisionado obrigatório 76, 77, 80, 83, 85

Estudantes 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 27, 28, 29, 43, 44, 45, 83, 89, 92, 95, 96, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 147, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 214, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 242, 243, 246, 247

F

Famílias 28, 29, 67, 68, 71, 72, 121, 122, 123, 126, 141, 144, 145, 147, 193

Formação de professores 1, 20, 23, 26, 56, 57, 72, 76, 80, 81, 84, 86, 89, 92, 101, 105, 150, 151, 159, 175, 216, 220, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 239, 241, 242, 248, 251, 252, 253

H

História 12, 13, 18, 25, 28, 31, 32, 34, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 78, 79, 89, 123, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 149, 150, 210, 228, 240, 244, 245, 248, 249, 250, 251

Humanizada 12, 200

I

Imprensa periódica 56, 58, 65

J

Jogos cooperativos 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

L

Língua portuguesa 1, 5, 24, 26, 61, 81, 149, 151, 153, 154, 155, 190

Linguagem escrita 47, 48, 51, 52, 54, 217

Literatura indígena 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138

M

Medievos 139

Mudanças 1, 6, 25, 27, 28, 60, 77, 108, 111, 143, 146, 157, 171, 182, 184, 186, 187, 188, 193, 199, 200, 245

O

Opressor 12, 14, 16, 18

Oprimido 12, 14, 15, 16, 18, 19

P

Pandemia 27, 28, 36, 44, 67, 151, 152, 156, 157, 173, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Pedagogia histórico-crítica 30, 32, 42

Pedagogia libertadora 12, 16

PIBID 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 253

Prática docente 24, 39, 40, 41, 59, 84, 88, 90, 92, 93, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 173, 174, 180, 202, 223, 239

Professor 1, 3, 8, 9, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 40, 41, 43, 44, 54, 61, 62, 67, 68, 70, 71, 73, 78, 82, 83, 84, 89, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 103, 105, 110, 116, 121, 122, 128, 129, 130, 133, 136, 140, 141, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 168, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 189, 193, 197, 200, 204, 206, 211, 212, 213, 214, 216, 223, 226, 230, 231, 234, 235, 238, 239, 241, 248, 253

PROSUB 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Q

Qualidade 4, 5, 6, 7, 9, 10, 15, 51, 65, 72, 77, 79, 84, 85, 86, 92, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 140, 141, 148, 153, 168, 173, 181, 185, 188, 194, 195, 198, 201,

212, 223, 231, 235

R

Realismo nominal 47, 48, 49, 52, 53

Residência pedagógica 76, 151, 152, 153, 157, 158

Respeito 5, 9, 13, 17, 21, 50, 56, 58, 68, 71, 73, 74, 77, 90, 94, 103, 104, 117, 124, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 145, 153, 156, 172, 177, 200, 223, 226, 230, 231

Ressignificação 88, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104

Revistas pedagógicas 56, 59

S

Saberes docentes 23, 88, 92, 99, 106, 239

Sala de aula 8, 16, 22, 28, 29, 44, 49, 52, 84, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 117, 121, 123, 128, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 152, 156, 157, 158, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 185, 186, 192, 193, 197, 204, 212, 213, 225, 243, 247, 248, 249

T

Tertúlias dialógicas 67, 68, 71, 72, 73, 74

U

UFPI 61, 107, 108, 109, 110, 113, 118, 119

V

Valorização cultural 128

Valorização da docência 76, 78

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022